

ANÁLISE DAS NOTÍCIAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA MOÇAMBICANA: O CASO DO JORNAL@VERDADE

ANALYSIS OF THE NEWS ON WOMEN'S PARTICIPATION IN MOZAMBICAN POLICY: THE CASE OF @VERDADE NEWSPAPER

Cardoso Domingos Andrade ¹

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Alexandre António Timbane ²

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Resumo: A moçambicana tem lutado por espaços onde durante séculos não conseguiu ocupar devido às influências da cultura, tradições e religião. O mundo atual luta pela igualdade social, política e econômica entre homens e mulheres. Daí questiona-se como a mídia moçambicana trata as questões das mulheres na política. Saber que a mídia influencia a opinião pública pode ser uma importante ferramenta de divulgação de políticas públicas lideradas por mulheres. Para a pesquisa, analisamos notícias do Jornal @Verdade para entender como a mulher é retratada. Jornais de 2017 e 2018 foram analisados. Da pesquisa concluiu-se que ainda existem meios de comunicação que segregam as mulheres. Muitas ações realizadas por mulheres não são viáveis apenas porque foram realizadas por mulheres. Por outro lado, apenas os parlamentares aparecem na mídia, o que significa que quem não faz parte da elite não pode ter visibilidade. A pesquisa conclui que Moçambique continua a ser um país chauvinista uma vez que as práticas culturais ainda não mudaram. O machismo é um fenômeno social que consiste no comportamento expresso por opiniões e atitudes, de um indivíduo que recusa a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros, favorecendo e valorizando o sexo masculino em detrimento do feminino.

Palavras-chave: Mulher; Notícia; Política; Democracia; Moçambique.

Abstract: The Mozambican woman has struggled for spaces where for centuries she could not occupy due to the influences of culture, traditions and religion. The present world struggles for social, political, and economic equality between men and women. Hence it is questioned, how the Mozambican media treats women's issues in politics. Knowing that the media influences public opinion could be an important tool for publicizing public policies led by women. For the research, we analyzed news from the @Verdade Newspaper to understand how the woman is portrayed. Newspapers from 2017 and 2018 were analyzed. From the research it was concluded that there are still media that segregate women. Many actions done by women are not feasible just because they have been carried out by women. On the other hand, only MPs appear in the media, which means that those who are not in the elite can not have visibility. The research

¹ Professor de Língua shona nos Cursos de Extensão, Bacharel em Humanidades e Licenciado em Relações Internacionais pela Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Email: cardosoandrade2017@gmail.com

² Doutor em Linguística e Língua Portuguesa, Professor de Linguística, de línguas estrangeiras modernas e Línguas africanas, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Email: alextimbana@gmail.com

concludes that Mozambique still remains a chauvinist country since cultural practices have not yet changed. Machismo is a social phenomenon that consists of the behavior expressed by opinions and attitudes, of an individual who refuses equality of rights and duties between the genders, favoring and enhancing the male sex to the detriment of the feminine.

Keywords: Woman; News; Politics; Democracy; Mozambique.

Submetido em 29 de janeiro de 2021.

Aprovado em 29 de dezembro de 2021.

Introdução

Moçambique é um país africano, localizado na Costa Oriental, ao Sul do Equador, na região da África Austral. Moçambique faz fronteira com sete países, a saber: ao Norte, faz limite com a Tanzânia, a oeste com Malawi, Zâmbia, Zimbábue e África do Sul, ao sul faz fronteira de novo com a África do Sul e a Suazilândia. Na parte Este, o país é banhado pelo Oceano Índico. O país tem 28,8 milhões de habitantes, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2018).

Segundo Ki-Zerbo (2019), os povos nativos de Moçambique foram os Bosquímanos. Entre os anos 200 a 300 d.C. ocorreram as grandes migrações de povos bantu, oriundos da região dos Grandes Lagos (região central de África) que se deslocaram partindo dessa região central de África em direção ao sul do continente.

Depois da instalação desses povos, eis que chegam no século XV colonizadores portugueses que trouxeram sua cultura, sua língua e depois exploraram, pilharam as riquezas e escravizaram as moçambicanas e os moçambicanos. No século XX, houve forte resistência por parte de vários chefes tribais africanos como é o caso de Mawewe, Ngungunhana, Maguigwane, Komala, Matope, Nyantsimba Mutota, entre outros, que não conseguiram vencer na plenitude devido à falta de unidade e o uso do armamento bélico rudimentar composto por lanças, arco e flechas, escudos de pele de animais e pedras contra portugueses que usavam armas de fogo. Mas estas lutas foram importantes porque trouxeram a ideia de libertação da pátria.

Os jovens estudantes (na década 50 e 60) que foram estudar no exterior perceberam a importância da luta armada contra o colonialismo português e assim organizaram-se em vários movimentos políticos nos anos 1960 criando a Unami (União Nacional Africana de Moçambique Independente), Udenamo (União Democrática Nacional de Moçambique) e Manu (Mozambique African National Union). Esses

movimentos foram consolidados formando a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) fundada a 25 de junho de 1962 e presidido pelo Prof. Doutor Eduardo Chivambo Mondlane. A luta armada contra o colonialismo português iniciou-se em 25 de setembro de 1964 e durou 10 anos, luta que resultou na morte de muitas pessoas, fato que obrigou Portugal a ceder a independência total e completa proclamada a 25 de junho de 1975.

Dois anos após a proclamação da independência, iniciou-se uma nova guerra, conhecida como guerra pela democracia que colocou frente a frente, guerra entre moçambicanos. Trata-se da Guerra entre a Frelimo e a Renamo (Resistência Nacional de Moçambique), guerra que durou 15 anos com consequências irreversíveis para os moçambicanos. Em 1992, assinou-se o Acordo de Paz que colocou fim as hostilidades e início do processo democrático. Em 1994, Moçambique participou das primeiras eleições multipartidárias ganhas, pela Frelimo.

Em todas as lutas aqui apresentadas, a mulher sempre esteve presente ao lado do homem apoiando e ajudando de qualquer forma, mas sem ganhar nenhum protagonismo. Josina Machel, por exemplo, foi uma mulher competente, líder e sobretudo combatente incansável, mas as suas funções públicas foram limitadas devido ao “pertencimento social baseado em categorias discriminatórias de gênero e sexualidade.” (SANTOS, 2018, p. 15). A exclusão da mulher resulta das ideologias culturais e da religião que sempre colocaram a mulher como elo mais frágil, sem capacidade e sem independência de guiar sua própria vida e desejos. Não é por acaso que as tarefas das mulheres na luta eram de auxiliares, pois são elas que preparavam mantimentos para os soldados e transportavam armamentos de uma região para a outra.

As mulheres que se afirmaram no período da luta colonial (ex. Josina Machel, por exemplo) tiveram visibilidade, porque estavam perto de líderes masculinos mais importantes da época. Na verdade, as mulheres eram tidas como incapazes pela sociedade e Josina Machel, em especial, foi uma exceção. É sobre essa temática que pretendemos debater nesta pesquisa procurando compreender qual espaço a mulher ocupa hoje na nossa sociedade e como a mídia apoia na divulgação das suas ideias. Sabe-se que a mídia é a vitrine, quer dizer, é por meio dela que o resto da sociedade toma conhecimentos dos seus feitos e ações.

A democracia não pode ser justa quando não há liberdade de expressão e respeito aos direitos humanos. A mídia moçambicana se expande criando espaço para

que cidadãos e cidadãs possam fazer ouvir suas vozes no e fora do país, tanto nas áreas rurais e/ou urbanas. Com o surgimento das novas tecnologias, a informação (internet) chega a um número maior da população por meio de celular. Sabe-se que a escrita está relacionada com a educação. Portanto, o acesso à imprensa escrita, depende do grau de escolaridade dos cidadãos.

Segundo Miguel (2008), o mercado televisivo moçambicano tornou-se influenciador de opinião de todas as camadas sociais, especialmente nas áreas urbanas e suburbanas. É a partir deste meio que se verifica disputas de audiência, até com a entrada de novas emissoras estrangeiras no espaço moçambicano. São elas: a Televisão de Moçambique, a Stv, a Tv Sucesso, a Tv Mana-Moçambique, a TIM, a ECOTV, a TVM2 e a Miramar (Record Moçambique). A mídia escrita não fica alheia as concorrências especialmente nas áreas rurais. A mídia escrita que é lida por pessoas alfabetizadas ou letradas ganham espaço nas áreas urbanas. Exemplo da imprensa escrita: @verdade, Savana, Domingo, o País, Jornal Notícias. A imprensa de radiodifusão: Rádio Moçambique, Rádio Miramar, Rádio Maria e outros.

As principais mídias estrangeiras em Moçambique são; Rádio BBC, Televisão Record, RTP-África. A maioria dos programas de Moçambique é composta por mulheres (15.061.006) e minoria homens (13.800.857), mas elas ocupam pouco espaço na vida política (INE, 2017). Segundo Timbane e Nhavenge (2018) a cultura é composta de práticas socioculturais e assim ela materializa ideias e impõem concepções sociais. A presente proposta de pesquisa visa estudar como a mulher é desafiada na política, quais os problemas que fazem com que ela não tenha o devido espaço na sociedade

Segundo Gil (2010) uma delimitação é apresentar de forma concreta o que se pretende desenvolver. Isso é importante para evitar a dispersão e redução do aprofundamento do assunto a ser pesquisado. Desta forma, a pesquisa tem como temática a problemática da mulher na sociedade, e em especial, na sociedade moçambicana em que ela passa por momentos difíceis de exclusão provocados pela política, pela religião e pela cultura presente na vida dos moçambicanos.

Sendo assim, a pesquisa analisa diversas edições do Jornal @Verdade num período correspondente a 2 anos, isto é, 2017 e 2018. A escolha desse período (2017-2018) se justifica pelo fato das primeiras publicações desse jornal ter sido diárias em versão imprensa e digital. Não fez parte desta pesquisa a restante mídia escrita

moçambicana. É importante referir que atualmente existe um discurso político que parece incluir a mulher na política. Mas a presença de notícias sobre a mulher na mídia seria um termômetro que indica se a mulher efetivamente está ativa na política moçambicana ou apenas se trata de discurso para camuflar a realidade.

A mulher moçambicana tem passado por momentos complexos devido à ligação entre a cultura e as leis modernas (SANTANA, 2009). A mulher ainda ocupa poucos espaços em todas as esferas: social, econômica, político cultural e religiosa. Desta forma, observa-se que a mulher enfrenta várias lutas. Na política observa-se pouca participação da mulher devido ao preconceito e as políticas públicas que dão pouca ênfase às potencialidades da mulher. Desta forma se levanta a seguinte questão: Sabendo que a imprensa é o meio pelo qual os cidadãos e cidadãs se informam sobre os diversos assuntos da sociedade, qual seria o discurso que a imprensa escrita propala sobre a mulher política? Em outras palavras, indaga-se sobre como a mulher na política é descrita pela imprensa escrita moçambicana em especial no Jornal @verdade.

Este trabalho contribuirá com um panorama sobre a participação da mulher na política moçambicana a partir da perspectiva do Jornal @Verdade. Seria importante que a sociedade se mobilizasse para incentivar a participação política da mulher e apresentar publicações regulares sobre as atividades desenvolvidas pelo governo e as diversas organizações das mulheres em Moçambique. Não basta falar da igualdade, não basta comentar sobre a necessidade de sancionar Leis e Decretos que protegem a mulher etc, sem desenvolver ações práticas e concretas que possam efetivamente colocar a mulher no centro da sociedade, assim como elevar as suas qualidades.

A pesquisa visa compreender como as questões inerentes à participação política da mulher moçambicana são tratadas na mídia e de que modo isso contribui para a emancipação da mulher na história e na política de Moçambique. Especificamente, a pesquisa visa discutir o papel da mulher na sociedade moçambicana contrapondo com os mitos culturais dominantes na sociedade; identificar no Jornal@Verdade traços que caracterizam a promoção da mulher e informação para despertar a consciência da mulher sobre os seus direitos; descrever os discursos feitos por mulheres e o seu impacto sobre a participação das mulheres moçambicanas na história política do país.

A escolha do tema se justifica pelo fato da mulher moçambicana sofrer exclusão no âmbito político resultado de preconceitos sociocultural e religioso enraizados na sociedade moçambicana. Com o desenvolvimento desta pesquisa pretende-se mapear as

notícias acerca da participação da mulher moçambicana na política visando compreender de que forma esta participação é retratada nas mídias moçambicana em especial no *Jornal@Verdade*, o que poderá possibilitar novas pesquisas acerca deste tema ainda pouco explorado pela Academia.

1 A mulher e a sociedade moçambicana

A mulher moçambicana ainda passa por momentos complexos de inferioridade num mundo cheio de dogmas e tradições. De um lado, a religião que provoca desigualdades do gênero e de outro lado, a cultura reforçando a mesma ideia sob sua perspectiva. Ser mulher em Moçambique é complexo especialmente nas zonas rurais. A mulher da cidade se informa, lê o jornal/revista, escuta rádio e assiste a televisão o que faz com que ela fique informada com os avanços do mundo moderno.

A tradição está arraigada de tal forma que a submissão dela perante aos homens não é perceptível. Muitas mulheres, apesar de ter conhecimento sobre os malefícios do machismo, ainda não se libertam forçadas em muitos momentos pela cultura. Se a cultura identifica o sujeito na sua comunidade, como abandonar práticas que inferiorizam a mulher? Muitas músicas moçambicanas reforçam a submissão da mulher (ex. a música “Ukati” de MARLLEN, 2018), outras dão a afirmação da mulher no espaço social (ex. a música “Sou poderosa” de LILOCA, 2018).

Essas músicas carregam elementos tradicionais e preconceitos que deveriam ser combatidos veemente. Em público, a mulher ainda mostra firmeza nos argumentos da sua liberdade, mas no espaço familiar e privado ainda ressentida e se recolhe perante situações do machismo. Não é por acaso que muitas mulheres logo após denunciar seus maridos voltam a pedir a retirada da queixa feitas em delegacias. Isso é reflexo dessa cultura secular que não é fácil de ser extinta em pouco tempo (CONCEIÇÃO e QUENANE, 2013). Os dotes em programas televisivos, de rádio e o impacto dos líderes comunitários reforçam as ideias machistas que ao nosso ver precisam de ser combatidas.

Do ponto de vista cultural, Moçambique é considerado um país machista uma vez que as práticas culturais ainda não mudaram. O machismo é um fenômeno social que consiste no comportamento expresso por opiniões e atitudes, de um indivíduo que recusa a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros, favorecendo e enaltecendo o sexo masculino em prejuízo do feminino (SANTANA, 2009).

As mulheres Moçambicanas carregam em si vivências e reflexões das suas infâncias e o que foram ensinadas numa base familiar patriarcal. Desde criança já aprendem que o lugar da mulher é na cozinha e os brinquedos são panelas, pratos e colheres. Essas atitudes não dão oportunidade para que as meninas façam suas escolhas. Vivemos num mundo em que o machismo predomina, aonde a sociedade vive em função dos homens e para homens. E as mulheres são vistas com desprezo como uma peça desprezível, a exemplo dos demonstrado nos ritos de casamento discutidos com pormenor por Timbane e Nhavenge (2018) retratam isso.

Segundo FIDH-LDH (2007), os casamentos prematuros e forçados prejudicam a formação acadêmica e profissional da mulher ou do adolescente. Uma mulher analfabeta desconhece dos seus direitos e fica cada vez mais submissa e sem autonomia financeira. As poucas adolescentes que frequentam a escola, sofrem abuso sexual nas escolas, sofrem molestamento por parte de professores que ameaçam dar notas baixas ou mesmo reprovar. A gravidez precoce afasta as mulheres da escola e o mito do não uso de preservativos facilita a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis entre outras que tiram a vida. (FIDH-LDH, 2007).

Segundo WILSA (2016) e Osório (2007) Os bebês casam desde os seus primeiros dias de nascimento. Elas crescem tendo um marido espiritual ou homem idoso. As práticas culturais fazem com que esse homem seja o “dono” da criança, da adolescente, da jovem ou mulher e assim, elas deixam de viver a infância, a juventude passando a ser adultos. Estas práticas são recorrentes na África (e Moçambique não fica de fora) e incluem o ensino da submissão das meninas diante dos meninos. São estas práticas tradicionais que criam um ambiente hostil para as mulheres de tal forma a que não sejam incluídas na política.

Há um discurso enraizado, segundo o qual a mulher deve ser submissa e confinada a situações ou realidades muitos bem específicas. Vamos mostrar um exemplo que até influencia na fala das mulheres. Por exemplo: na língua izizulu, falada pelos povo zulu da África do Sul, a mulher é proibida de se pronunciar sobre certas ideias em determinados espaços. Neste caso, ela é proibida de dizer o nome do sogro, o nome dos irmãos deste e o nome do genro, quer estejam vivos ou mortos, e também não pode falar uma palavra semelhante ou derivada. Cezario e Votre (2009, p.149, grifos dos autores) citam o nome **Umánzi** com radical **mánzi** (água). Então, a mulher deve

evitar todos os vocábulos em que se apresenta a palavra **mánzi** e os seus complexos fônicos semelhantes.

Se a mulher zulu é deputada e pretende discutir a problemática da falta de água no bairro como vai proceder para explicar e defender as injustiças em volta desse assunto? Em outras palavras, onde buscará o léxico para contornar o nome do sogro e seus irmãos, do genro e de outras pessoas vivas ou mortas? Abandona a cultura e preserva? Se abandona, o que acontece com a sua identidade? As perguntas são profundas e não podem ser respondidas de forma categórica. Elas servem para refletir sobre a problemática e deixar claro que o “buraco é mais fundo ainda”. Vejamos a seguir, o percurso da mulher moçambicana na luta pela independência.

2 A mulher moçambicana na luta pela independência (1964-1975)

A exploração da mão de obra colonial obrigou mulheres a se afastarem e saírem dos seus convívios familiares para se tornarem combatentes da luta de libertação de Moçambique. Nestas lutas, houve muitas mulheres que se destacaram. Outras combatiam silenciosamente nas casas de fazendeiros destruindo sementes, estragando culturas e inviabilizando a produção dos colonos. Uma das mulheres que se destacou na luta armada de libertação de Moçambique e muito falada na história do mesmo país é Josina Abiatar Muthemba (1945-1971), nascida no sul de Moçambique, na província de Inhambane. Ela entrou na luta quando familiares dela foram aprisionados e escravizados pelo regime colonial.

Josina enquanto mulher, desempenhou várias funções na educação política e instruiu mulheres para encarar a situação que o país enfrentava, sobretudo para a integração das mulheres na luta pela liberdade de Moçambique. Foi uma mulher participativa na história de Moçambique e é por isso que foi reconhecida como heroína da luta. No dia 7 de abril, celebra-se o dia da mulher moçambicana. A data foi escolhida pelo fato de ser a data em que a Josina morreu.

Segundo Amélia et al. (2011) há várias associações das mulheres em Moçambique: Associação moçambicana para a defesa da família (AMODEFA)³, Associação das mulheres empresárias e executivas (ACTIVA), Associação da mulher rural (AMRU), Associação das donas de Casa (ADOCA), mulher, lei e desenvolvimento, MULEIDE. Coordenação para mulher no desenvolvimento (Fórum

³ Esta organização não é só apenas de mulheres

mulher) entre outras associações. Hoje as mulheres se associam a outras organizações internacionais como a *Woman and Law in Souther África Research* (WLSA), *Woman in law for the developedment in África* (WILDAF), Organização da mulher africana (OMF). A OMM (Organização da Mulher Moçambicana) é uma organização partidária pertencente ao partido Frelimo criada em 1973, com o objetivo de atrair mulheres à luta de libertação e para sensibilizar a importância da luta contra o colonialismo.

Nas sociedades antigas, as mulheres eram “poupadas” e “reservadas” para atividades da esfera doméstica. Educar uma mulher é educar uma nação porque é ela que prova mudanças sociais em todas as sociedades. A cultura tem influenciado bastante a vida pessoal e profissional das mulheres porque estão expostas a crenças, religião, tradição e costumes (AMELIA, 2011).

3 A mulher moçambicana no período pós-independência

Josina Machel, a primeira mulher líder e combatente de luta de libertação do jugo colonial, morreu em combate dois anos antes da independência, em 7 de abril de 1973. Após a morte dela, seguiram-se outras mulheres que se destacaram no espaço político. Uma delas é Graça Machel. Em 1975, a OMM se consolidou muito mais organizada a partir das estruturas locais (OSÓRIO, 2007). Graça Machel é uma política e ativista dos Direitos Humanos. Foi Ministra da Educação e doutora *Honoris Causa* pela Universidade de Évora (Portugal, 2008); *University of Cape Town* (África do Sul, 1993); *University of Essex* (Inglaterra, 1997); *University of Glasgow* (Escócia, 2001). Esse reconhecimento de luta e ocupação dos espaços deveria se replicar e ser exemplo para muitas mulheres moçambicanas.

O importante a notar neste período é que a mulher se organiza em cooperativas de produção agrícola, mas sempre sem assumir espaços importantes na política. A questão cultural foi tão marcante que sempre as mulheres eram excluídas nas atividades que se dizia que eram “trabalhos masculinos”. Nos Artigos 6º, 67º e 69º da Constituição da República de Moçambique (2004), estabelecem-se claramente uma igualdade de gênero em todas as áreas da sociedade e proíbe qualquer discriminação legislativa, política econômica e social. Pode-se notar que a mesma constituição não define o termo discriminação.

A primeira Constituição (de 1975) estava baseada numa visão meramente patriarcal cimentada na desigualdade, onde a mulher não podia ter autoridade sobre a

família e muito menos voz na política. Por outro lado, a tradição e a maioria das religiões estabelecem que a mulher deve ser submissa e obedecer ao marido (TIMBANE & NHAVENGE, 2018). Essa atitude viola claramente os direitos da mulher até porque no momento da cerimônia (do dote) a família da mulher recebe bens oferecidos pelo noivo.

Queiramos ou não essa prática parece trazer uma sensação de compra do ser humano até porque os itens pedidos para o dote nesses últimos dias são exagerados. (TIMBANE, NHAVENGE, 2018). Em algumas famílias, se por acaso a mulher morre antes do dote, o viúvo é obrigado a realizar o dote antes do velório, pois se isso não acontece, não ocorrerá o funeral. A mídia moçambicana relata esses acontecimentos. Por exemplo: *Jornal Notícias* (19/07/2017) e *Jornal Folha de Maputo* (07/12/2018).

Desta forma, o dote deixa de ter um valor simbólico e passa a ser comercial, ao nosso ver. A cultura estabelece regras que em algum momento inibem a liberdade da mulher e ela ainda continua presa mesmo depois da morte. Nem tudo na cultura causa males para a sociedade. Há práticas que prejudicam a vida em sociedade. É necessário prestar atenção ao processo de aculturação (TIMBANE, NHAVENGE, 2018) que pode ser espontânea organizada, mas forçada e planejada pelas elites.

As mulheres têm direitos políticos e podem tomar decisões políticas, mas ainda estão longe de serem independentes. Por exemplo, na Assembleia da República, os votos resultam da decisão do líder do partido. Esse tipo de política não deixa a livre escolha ou livre opinião da mulher. Os votos pertencem ao grupo partidário e não da individualidade, situação que inibe a mulher de dar a sua própria opinião.

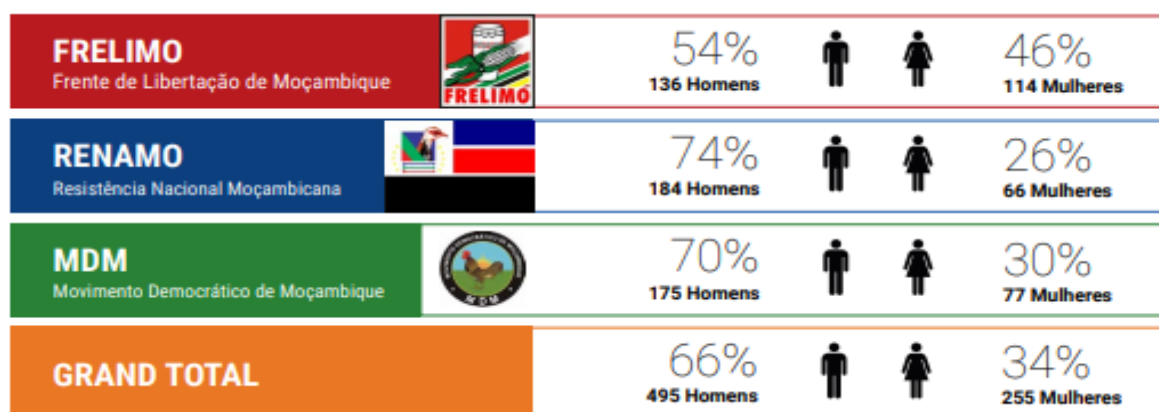
Segundo o site “FÓRUM MULHER”, Moçambique apresenta relativamente grandes proporções de mulheres em altos postos de tomada de decisão: mulheres ocupam quase 40% dos lugares na Assembleia da República. O número de mulheres que participam nos processos políticos, sobretudo nos órgãos de tomada de decisão, tem aumentado, desde 1994, tanto na Administração Pública e nos órgãos de decisão política, assim como ao nível dos partidos políticos, com destaque para o poder legislativo.

As estatísticas mostram que de 2005 a 2015, no Governo Central e no Parlamento, a percentagem de mulheres aumentou de 30,3% para 33,3% e de 35,6% para 38,8%, respectivamente (FÓRUM MULHER). O mesmo cenário foi registrado em nível dos governadores e administradores, cuja percentagem aumentou,

respectivamente, de 18.1% para 36.4% e de 18.7% para 32.2% (JORDÃO, 2011). Dos 250 deputados na Assembleia da República, 98 são mulheres ocupando assim, a nível mundial em 14º lugar, com 39,2%. Segundo Mateus (2015, s.p.) “o aumento pode parecer mínimo, e uma média mundial de 22% é lamentável, mas o incremento do número de mulheres foi significativo nos dois últimos anos”.

Outro elemento interessante a discutir é a candidatura de mulheres em processos eleitorais por partidos políticos. Os partidos não incentivam a participação das mulheres o que lógico irá influenciar na fraca participação da mulher na política. Vejamos os dados a seguir:

Figura:Candidatura das mulheres na Assembléia Nacional



Fonte: Nyamuzuwe (s.d.,p.19)

Segundo Conceição e Querane (2013) e Bernardo (2014), as mulheres procuram seu espaço na política moçambicana, apesar de enfrentar desafios originados pela cultura e pela tradição machista. As mulheres sofrem perseguição em Moçambique, especialmente pelos líderes comunitários que são os que controlam as comunidades locais. Numa pesquisa de Nyamuzuwe (s.d.) observou-se que “a influência dos líderes comunitários foi considerada como algo negativo, porque as vezes o **Chefe de Quarteirão** intimida as mulheres para que se recenseassem para votar ou mesmo para ir votar.” (NYAMUZUWE, s.d. p.8, grifos da autora).

Não há, segundo a autora, argumentos no séc. XXI que impeçam a mulher de assumir cargos importantes, ainda há desafios que precisam ser ultrapassados. A forte filiação e disciplina partidária, acompanhada pelo pensamento de inferioridade das mulheres em relação aos homens, e a falta da validação das mulheres, determinam o papel das mulheres nestas posições de poder (OSÓRIO, 2010; CONCEIÇÃO, 2013). É preciso compreender que o sucesso na integração da mulher em posições de tomada de

decisão resulta das obrigações que o país assume nos últimos anos. No entanto, tal pode não se reverter por uma efetiva mudança de comportamento no que tange à mudança nas relações sociais do gênero.

4 Caminhos metodológicos e análises

A pesquisa bibliográfica sempre está presente em qualquer pesquisa, porque sempre é necessário observar o estado da situação do objeto a estudar. É que ninguém estuda um assunto partindo do vazio. Sempre existe uma base que precisa ser observada. Contrariamente à pesquisa bibliográfica, uma pesquisa documental “tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais” (SEVERINO, 2007, p.122-123).

A pesquisa analisou o Jornal “@Verdade”. O jornal surgiu da necessidade da democratização da informação disponibilizando ao público uma informação gratuita e imparcial. Segundo Timbane (2013, p.16) o Jornal @Verdade tem por objetivo aproximar a informação à população desfavorecida economicamente principalmente a classe social média e baixa que não tem condições para comprar o jornal. A escolha do jornal justifica-se pelo fato de ser de distribuição gratuita e circulando especialmente nas zonas suburbanas e rurais de Moçambique.

A redação do Jornal@verdade atualmente encontra-se localizada no norte de Moçambique na cidade de Nampula⁴. O Jornal@verdade é conhecido como crítico ao Governo moçambicano, apesar de seu fundador, Erik Charas, considerar o jornal de “apolítico” e simplesmente de “jornal com os assuntos dos cidadãos” o ser humano é por natureza um ser político (ALCANTARA, 2014). O Jornal@verdade possui algumas características especiais diferentes de outros jornais moçambicanos: conteúdo direto, poucas páginas, jornal a cores, temática real da população mais desfavorecida. O Jornal@verdade distribui mais de 25.000 jornais por semana (JORNAL@VERDADE, 2018). É um jornal mais lido pela população de baixa renda por ser de distribuição gratuita e qualquer cidadão independentemente da sua classe social tem acesso à informação.

⁴ A Cidade de Nampula é a segunda maior província de Moçambique em termos de extensão territorial (81.606 km²) e população (6.102.867 habitantes). É uma das provinciais mais democráticas de Moçambique com eleições municipais mais concorridas do país e com rotatividade partidária na governação. Já Governou a Frelimo, a Renamo e o MDM que são os principais partidos com assentos parlamentares.

Além disso, o jornal publica notícias/informações de utilidade pública enviados pelos leitores por meio de **sms** ou pelo *whatsapp*, *Twitter*, *Facebook*. O jornal apresenta muitas informações publicitárias de venda e compra de produtos de baixo preço ou de preço promocional. Além disso, tem uma oferta online em língua portuguesa e inglesa. O jornal está dividido da seguinte forma:

- a) **Tema de fundo:** nacional, África, internacional, economia, dos portos, tecnologias, global voices e democracia.
- b) **vida e lazer:** saúde e bem-estar, mulher ambiente, cultura, motos, pergunte a Tina,
- c) **opinião:** opinião, editorial, vozes, xiconhoca, mamparra.
- d) **campus:** soltas, atitude, espaço aberto, tema de ora, empreendedorismo cor de laranja dos postos, salada russa, *happy hour*.

A versão escrita do Jornal @Verdade em formato digital (pdf) e sai toda a sexta-feira. A versão online sofre alterações diárias, isto é, tem atualizações eficientes que a imprensa apresenta informações compostas de toda semana. A primeira fase da pesquisa tomará como base o Jornal “@verdade” analisando edições publicadas em 2017-2018 prestando atenção nas notícias ligadas a participação da mulher na política moçambicana. Foi feita uma análise profunda selecionando os conteúdos tratados nessas notícias da política moçambicana para compreender de que forma a mulher moçambicana participa.

A presença da mulher na política não pode ser vista como um problema, mas sim a solução das dificuldades que o país enfrenta. Excluir as mulheres na política é um grave erro de concepção num momento em que as mulheres têm demonstrado capacidade intelectual e moral para assumir diferentes cargos. A pesquisa servirá de instrumento de mobilização das mulheres para que elas tenham acesso aos lugares que são/eram supostamente de homens. Espera-se que a pesquisa chame atenção as mídias para que possam trazer ao debate público ações onde a mulher se destaca e demonstra feitos reconhecidos pela sociedade para que as novas gerações se espelhem nesses exemplos. Não será justo que a política moçambicana se prenda ao passado e a culturas machistas que desvalorizam o papel da mulher.

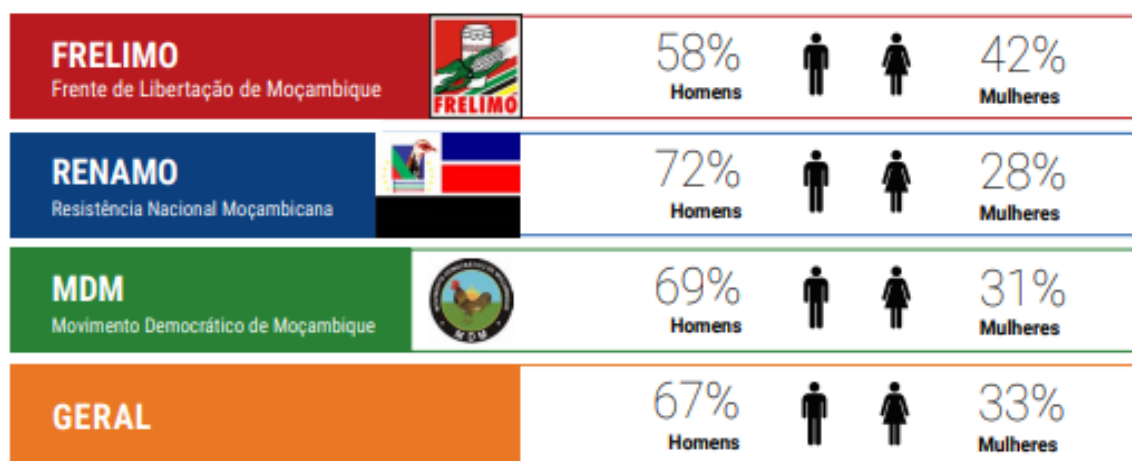
O Jornal incentiva o letramento e quem sabe, a presença de notícias sobre a mulher no jornal possa encorajar mais mulheres para lutar em favor dos seus direitos que muitas vezes estão sendo violados. A pesquisa de Miguel (2008) critica a mídia irresponsável que influencia negativamente a sociedade fomentando ideias que

perpetuam atitudes preconceituosas. Por exemplo, muitas novelas ainda apresentam homens agredindo mulheres, homens humilhando mulheres e a praticar todo tipo de agressão e violência.

Segundo Miguel (2008), se não há como reformar a TV, que é intrinsecamente nociva, nem se imagina reduzir a influência sobre o povo, a única solução seria diminuir (ainda mais) a influência popular sobre as decisões políticas, isolando a esfera decisória das influências vindas de baixo.

A afirmação de Miguel (2008) vai ao encontro dos debates que pretendemos aprofundar nesta pesquisa. Hoje, Moçambique tem muitos canais televisivos, de rádio e jornais. O que essas todas mídias fazem em prol da promoção da imagem e da dignidade da mulher? O que os canais públicos moçambicanos (Jornal Notícias, Televisão de Moçambique) têm feito para o emponderamento de mulher? Vejamos alguns dados que nos ajudam a compreender a fraca participação da mulher em processos eleitorais em Moçambique. Se há fraca participação da mulher nesse processo é lógico que as notícias sobre a mulheres serão poucas. O problema inicia aqui mesmo. Vejamos os dados dos principais partidos:

Figura: Candidatura das mulheres nas Assembleias Provinciais em todo o país



Fonte: Nyamuzuwe (s.d., p.18)

Os dados mostram claramente o distanciamento percentual entre homens e mulheres. Significa que há muito o que fazer para sensibilizar e criar condições para que elas participem do processo político. Enquanto elas não têm oportunidade de participar na vida política ainda não temos democracia em Moçambique. As mulheres continuam

sofrendo ameaças de violência relacionada com as eleições, tanto dentro de casa quanto no espaço público. As diferenças de gênero são escancaradas e impulsionadas pela cultura. A violência eleitoral envolvendo mulheres, segundo Nyamuzuwe (s.d.) é difícil de mensurar e de analisar

porque ocorre na esfera privada ou de forma psicológica ou restrições sociais, é frequentemente ignorada. É importante notar que a violência eleitoral contra as mulheres, seja por parte dos dirigentes dos partidos políticos, dos trabalhadores das mesas de voto ou dos familiares, representa um obstáculo significativo para aumentar a representação das mulheres na esfera política.” (NYAMUZUWE, s.d., p.12).

Considerações sobre as notícias da participação da mulher na política moçambicana

A pesquisa aponta que as mulheres moçambicanas procuram mudar a forma de pensar que é retorcida pela cultura e pela religião. A cultura limita o espaço de atuação da mulher, por isso mesmo, a maior parte das mulheres que aparecem no *Jornal@Verdade* são políticas (deputadas, ministras, gestoras de instituições). Significa que as mulheres que não fazem parte dessa elite nunca aparecem nas mídias. Hoje observa-se uma ascensão tímida da mulher em cargos de direção, na coordenação de empresas, em instituições.

Na maioria dos casos, as notícias do jornal concentram suas atenções para as políticas públicas e não da vida privada. Muitas mulheres raramente falam das suas experiências conjugais íntimas (positivas ou negativas) em público, uma vez que a cultura proíbe isso. O jornal não apresenta essas experiências que serviriam de algum modelo ou exemplo para melhor seguir ou rejeitar. As mulheres ainda estão presas às tradições o que pode de certo modo ser revertido caso o governo estabelecesse políticas que apoiem a mulher.

Ter maior número de mulheres no parlamento ou ter maior número de mulheres nos cargos executivos públicos e privados não resolve tudo, mas já é um passo significativo. A educação deve ser permanente e contínua, porque uma sociedade sã é aquela em que as igualdades se sobressaem ao de cima colocando o seu humano em pé de igualdade independentemente do gênero.

No jornal, os anúncios de emprego ainda não valorizam as cotas para mulheres, fato que coloca a mulher em desvantagem. Esse é um assunto grave nas políticas públicas. Enquanto não houver cotas para as mulheres em diversos setores públicos e

privados sempre teremos desigualdades sociais de gênero em Moçambique. Por outro lado, a mídia machista jamais apoiará ideias feministas em seus programas ou páginas de jornais. Por isso mesmo, a mídia desempenha um papel preponderante na divulgação e na educação de nosso povo. As novelas, as entrevistas, as reportagens carregam muitas informações que não desconstroem o machismo na sociedade. Precisamos mudar as linhas editoriais das mídias. As notícias que condenam o machismo podem ajudar na educação da nossa sociedade.

A FIDH-LDH (2007) apresentou um estudo muito importante sobre a mudança de atitude para que a mulher seja imponderada. A primeira mudança deve ser das autoridades moçambicanas que devem mudar os posicionamentos que prejudicam a mulher. A seguir vamos citar propostas da FIDH-LDH (2007) que ajudariam bastante na integração da mulher.

- a) A ratificação do protocolo da Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher;
- b) Emenda do Código Penal para agravamento de pena para violadores e agressores das mulheres;
- c) Aprovação da lei de tráfico sexual de acordo com a Convenção do tráfico de seres humanos;
- d) Adoção de políticas que incentivam a educação da mulher;
- e) Adoção de políticas da Convenção CEDAW e no protocolo dos Direitos da Mulher para a Carta Africana, que é um documento já ratificado pelo Governo de Moçambique;
- f) Criação de delegacias de mulher ou grupo antiviolença doméstica dentro dos postos policiais.

A mídia moçambicana dá pouco espaço à mulher, muitas vezes por questões ligadas aos mitos e à desvalorização da mulher provocada pela cultura e religião. Por isso, há poucas informações sobre o empoderamento dela e finalmente isso se reflete na mídia. Contrariamente à sociedade, as mídias como meios de comunicação deveriam apoiar para que a mulher tenha voz e se afirme politicamente através da divulgação de ações positivas e relevantes realizadas por elas.

Dados estatísticos indicam a fraca participação da mulher no espaço político e por isso, notícias sobre ela não estão presentes no jornal. Pelo fato de Moçambique ser um país aonde a cultura e a religião são valorizadas. O patriarcado reduz a capacidade da mulher. Olhando o quadro histórico do passado da mulher moçambicana na política e

em outros cargos de tomada de decisão aparenta que elas resistiram e confrontaram discursos machistas e outras discussões sobre gênero que mexem com a realidade de Moçambique.

Referências

- ALCANTARA, J. C. *O homem é um animal político*. 19 abr.2014.
- AMELIA, L. et al. *Movimento feminista em Moçambique*: nawey.net, 2011.
- BERNARDO, W. J. de M. *As mulheres na elite parlamentar: o paradoxo moçambicano: o paradoxo moçambicano*. 2014. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais.
- CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. in: MARTELOTTA, M. E. *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2009, p.141-153.
- CONCEIÇÃO, da Í; QUENANE, J. R. *Representação política das mulheres no parlamento moçambicano: análise sobre o acesso e exercício do poder legislativo, 2004-2012*. Maputo, 2013.
- FIDH-LDH. *Direitos de Mulher no Moçambique: dever de terminar práticas ilegais*. Nº 474, v.4, Maputo, maio 2007.
- FOLHA DE MAPUTO. *Homem obrigado a lobolar mulher morta em Maputo*. 07/12/2018. Disponível em: <<http://www.folhademaputo.co.mz/pt/noticias/nacional/homem-obrigado-a-lobolar-mulher-morta-em-maputo/>>. Acesso em 23 jan.2019.
- GIL, A. C. *Como elaborar projeto de pesquisa*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *População 2017: Resultados Preliminares do IV RGPH*. Maputo: INE, 2018. Disponível em: www.ine.gov.mz acessado em 10 out. 2018
- JORDÃO, A. Igualdade no trabalho: um desafio contínuo. *Ex aequo*, n. 24, p. 155-158, 2011.
- JORNAL@VERDADE. 2018. Disponível em: <http://www.verdade.co.mz/>. Acesso em: 20 de jun. 2018.
- KI-ZERBO, J. *História Geral da África*. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2010.
- LILOLA. *Sou poderosa*. Bawito Music, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YIVUbBvOKBc&list=RDIu66zjBVPUg&index>>. Acesso em 12 dez.2018.

- MARLLEN. *Ukati*. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=214zHqZmn8Y>>. Acesso em 12 dez.2018.
- MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, nº 55-56, p. 155-184, 2008.
- MOÇAMBIQUE. *Constituição da Republica Popular de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional, 1975.
- MOÇAMBIQUE. *Constituição da Republica de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional, 2004.
- MOÇAMBIQUE. *Documento 7 de Abril dia da mulher moçambicana*. 1968.
- MOÇAMBIQUE. Lei nº38/2014. *Lei do direito à informação*. Maputo: Imprensa Nacional, 2014.
- NYAMUZUWE, G. *Análise da participação das mulheres nas eleições em Moçambique*. Maputo: UNDP Electoral Support Project SEAM, Mozambique, s.d..
- O Jornal Noticias: Inhambane: *Jovem obrigado a pagar “lobolo” e a casar com a esposa já morta*. 19/07/2017. Disponível em: <<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/sociedade/68659-inhambane-jovem-obrigado-a-pagar-lobolo-e-a-casar-com-a-esposa-ja-morta.html>>. Acesso em: 23 jan.2019.
- OSÓRIO, C. Acesso e exercício do poder político pelas mulheres. *Outras Vozes*, n. 21, p. 10-15, 2007.
- SANTANA, J. S. A participação das mulheres na luta de libertação nacional de Moçambique em Notícias. *Revista Tempo* (1975-1985). Sankofa (São Paulo), v. 2, n. 4, p. 67-87, 2009.
- SANTOS, A.C. *Lute como uma mulher: Josina Machel e o movimento de libertação em Moçambique (1962-1980)*. 2018. 134p. Dissertação. (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- TIMBANE, A. A. *A variação e a mudança lexical da língua portuguesa em Moçambique*. Tese de doutorado. 318p. Faculdade de Ciências de Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, 2013.

TIMBANE, A. A. NHAVENTGE, F. P. A diversidade cultural em África: o caso de casamento tradicional no grupo étnico tsonga do sul de Moçambique. *Boletim observatório da dignidade cultura*. v.19, nº4, p.37-50, 2018.

WILSA. *Participação na vida política: mulher moçambicana como desafio*. Jornal Notícias. 8 de março de 2016.